

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA

LUCIANO SOUZA COSTA

UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA UFPB (2008-2012)

JOÃO PESSOA
2018

LUCIANO SOUZA COSTA

UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA UFPB (2008-2012)

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito obrigatório para obtenção da graduação no Curso de Tecnologia em Gestão Pública, sob orientação do Professor Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco.

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838a Costa, Luciano Souza.

Uma análise da implantação do Programa REUNI na UFPB
(2008-2012) / Luciano Souza Costa. - João Pessoa, 2018.
40 f. : il.

Orientação: Marco Antônio de Castilhos Acco.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação. 2. Universidade. 3. REUNI. 4. UFPB. 5.
Reestruturação. 6. Expansão. I. Acco, Marco Antônio de
Castilhos. II. Título.

UFPB/BC

LUCIANO SOUZA COSTA

UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA UFPB (2008-2012)

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito obrigatório para obtenção da graduação no Curso de Tecnologia em Gestão Pública, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Gestão Pública, da Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em 08 de junho de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^o Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^o Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dra. Glenda Dantas Ferreira
Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho primeiramente à minha mãe Maria de Fátima Sousa Costa (*in memoriam*), exemplo de luta de vida que nas piores momentos de sua vida ainda permanecia com um sorriso no rosto, e ao meu pai José Souza Costa, que durante a minha vida de estudante sempre se esforçou para me oferecer uma educação de qualidade, o que contribuiu para que eu chegasse a este momento.

À minha esposa Karla Leite, quem amo muito e que sempre me apoiou nos estudos durante a árdua tarefa de trabalhar e estudar em um curso no período noturno, onde tive que passar horas do dia distante, chegando muitas vezes cansado e ela aguentando meus momentos de estresse, transferindo a mim um pouco de sua tranquilidade que me deixava sempre mais aliviado.

Aos companheiros de Centro Acadêmico, que participaram junto comigo nas lutas em busca de melhorias para os alunos de Gestão Pública, levando nossa parcela de contribuição para que o nosso curso fosse notado e reconhecido dentro e fora da universidade.

Aos felinos que me fazem companhia em casa, providenciando momentos de alegria e diversão, além de muito trabalho.

À minha sogra Idalice Leite, que não deixa faltar meus lanches nas visitas semanais à sua residência, e meu sogro Joel Jorge de Oliveira (*in memoriam*), exemplo de homem sábio, sereno e de luz.

Ao meu orientador Professor Dr. Marco Acco, que pacientemente aceitou esse desafio junto comigo, depois de alguns meses em que eu estive ausente das atividades acadêmicas, buscando me motivar com bastante positividade para chegar a concluir este trabalho de conclusão de curso.

E a todos os amigos e familiares que, de uma forma ou de outra, contribuíram para com este trabalho.

RESUMO

O estudo procurou analisar a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período compreendido entre 2008 e 2012, desde a elaboração do projeto aos resultados de sua implantação, tanto no contexto acadêmico, como em sua infraestrutura, observando as metas globais propostas e o caminho alçado pela universidade para a efetiva implementação do programa. Para alcançar seu objetivo, este estudo desenvolveu uma análise qualitativa e exploratória do REUNI como programa nacional, além de sua concepção e implementação na UFPB, tendo para isso, utilizado as legislações e normativas que regulamentam o programa nacional, assim como, os documentos de referência que embasaram a formulação do Projeto REUNI na UFPB, além dos relatórios de gestão e documentos similares produzidos pela universidade relativos à implementação do programa. Este trabalho conclui que o REUNI teve avançada implementação na UFPB especialmente nos indicadores de ampliação do número de cursos, ampliação do número de docentes e de melhoria da relação aluno professor, tendo, por outro lado, alcançado alta taxa de implementação na ampliação do número de matrículas presenciais, e regular implementação nos projetos de infraestrutura e insatisfatória na meta estipulada para a Taxa de Sucesso de Graduação.

Palavras-chave: Educação, Universidade, REUNI, UFPB, Reestruturação, Expansão.

ABSTRACT

The study aims to analyze the implementation of the Program to Support Restructuring and Expansion Plans of Brazilian Federal Universities, REUNI, at the Federal University of Paraíba (UFPB), in the period between 2008 and 2012, from the design of the project to the results of its implementation, both in the academic context and in its infrastructure, observing the global goals proposed and the path taken by the university for the effective implementation of the program. In order to achieve its objective, this study developed a qualitative and exploratory analysis of REUNI as a national program, as well as its design and implementation in the UFPB, using for that the legislation and regulations that regulate the national program, as well as the reference documents which supported the formulation of the REUNI Project at the UFPB, and the management reports and similar documents produced by the University related to the implementation of the program. This study concludes that REUNI has had adequate implementation in the UFPB, especially in the indicators of expansion of the number of courses, expansion of the number of teachers and improvement of the teacher-student rate, and, on the other hand, a high implementation rate in the number of attendance enrollments (although not achieving the stipulated target), and regular implementation in infrastructure projects and unsatisfactory at the goal set for the Graduation Success Rate

Keywords: Education, University, REUNI, UFPB, Restructuring, Expansion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E SUA DIFÍCIL EXPANSÃO.....	9
2.1	O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001	13
2.2	Educação à Distância (EaD)	14
3	O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI.....	16
4	A IMPLANTAÇÃO DO REUNI NA UFPB	19
4.1	O Projeto da UFPB para o Reuni – Uma análise de seus documentos de referência	20
4.2	Número de Professores.....	23
4.3	Alunos de graduação presencial matriculados e novos cursos	25
4.4	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	30
4.5	Infraestrutura	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1 INTRODUÇÃO

No contexto da cultura brasileira contemporânea, o ensino universitário tem sua importância proclamada tanto pela retórica oficial como pelo senso comum predominante no seio da sociedade. É-lhe atribuída significativa participação na formação dos profissionais dos diversos campos e na preparação dos quadros administrativos e das lideranças culturais e sociais do país, sendo visto como poderoso mecanismo de ascensão social, cabendo destacada valorização para o ensino oferecido pelas universidades públicas (SEVERINO, 2008).

Tamanha importância, que para atender a um amplo contexto de desenvolvimento, incluindo a elaboração de Planos de Educação, novas normas e diretrizes curriculares, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, as universidades públicas federais tiveram que passar por modificações e ampliações de suas estruturas físicas e tecnológicas e de recursos humanos e orçamentários. Com este intuito, foi instituído, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O Reuni será o tema deste trabalho de conclusão de curso, que tem como objetivo geral analisar o programa de reestruturação e expansão das universidades federais e a sua implementação na Universidade Federal da Paraíba no período de 2008 a 2012.

Como objetivos específicos, este trabalho visa: 1. Identificar e sistematizar informações sobre a situação anterior à sua implementação em nossa Universidade em termos de número de alunos, número de cursos de graduação, número de docentes, relação professor/aluno e volume de recursos orçamentários, entre outros; 2. Identificar e sistematizar informações similares ao longo do processo de implementação do programa Reuni na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no mesmo período; 3. Identificar possíveis sucessos e insucessos nesta implementação, assim como proporcionar possíveis recomendações à comunidade universitária da UFPB para melhorias na implementação do programa em nossa universidade.

Tendo em mente esses objetivos, a pesquisa busca responder a três perguntas básicas: a UFPB aproveitou a oportunidade gerada pelo Reuni nacional, tratando de implementar uma expansão de seus serviços prestados à comunidade? Quais foram as variáveis em termos de número de alunos, cursos, docentes, relação professor/aluno e orçamento que a UFPB foi mais ou menos bem sucedida na utilização das oportunidades disponibilizadas pelo Reuni? Diante do cenário atual de sucessos e insucessos relativos, que recomendações podem ser geradas?

Por sua natureza, este é um trabalho de caráter qualitativo, documental e exploratório. Segundo Zanella (2011) a pesquisa qualitativa

[...] pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não-utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade. [...] os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo: portanto, não estão preocupados com os resultados e produtos, estão sim preocupados em conhecer como determinado fenômeno manifesta-se (ZANELLA, 2011, p. 75- 76)

A mesma autora define a pesquisa Documental como aquela que

[...] se utiliza de fontes documentais, isto é fontes de dados secundários. Os dados documentais, de natureza quantitativa e/ou qualitativa, podem ser encontrados junto à empresa [dados secundários internos] como os relatórios e manuais da organização, notas fiscais, relatórios de estoques, de usuários, relatório de entrada e saída de recursos financeiros, entre outros, e externos, como as publicações [censo demográfico, industrial] e resultados de pesquisas já desenvolvidas. Em função da natureza dos documentos – qualitativos ou quantitativos – o planejamento, a execução e a interpretação dos dados seguem caminhos diferentes, respeitando as particularidades de cada abordagem. (ZANELLA, 2011, 37)

Em termos documentais, esta pesquisa recorre à literatura especializada em educação superior no Brasil, às legislações (leis, decretos, portarias) e planos oficiais (PNE) relacionados à educação superior, assim como aos documentos de planejamento e relatórios da UFPB que condensam informações sobre as intenções de implantação e a implementação propriamente dita do Reuni em nossa Universidade.

Esta pesquisa assume também uma característica exploratória, visando à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação de fenômenos ou processos relativamente dispersos, não devidamente reconhecidos, apesar de evidentes (Gonçalves, 2014). Seu atributo de exploratória está também mais

adequada ao perfil de um trabalho de conclusão de curso de graduação, já que o levantamento de informações e resultados aqui apresentados não tem a pretensão de ser conclusivo, nem exaustivo, visando oferecer um conjunto de referências iniciais para aprofundamentos posteriores.

Para alcançar os seus objetivos, este trabalho se encontra organizado, além desta Introdução, em 3 seções. Na próxima, será apresentada um breve contexto histórico da educação superior no Brasil e sua difícil expansão. Após, abordará o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em seu contexto mais amplo, discorrendo sobre o seu papel, suas diretrizes, metas propostas para a ampliação do ensino superior no Brasil. Mais adiante, iremos discorrer sobre a implantação do REUNI na Universidade Federal da Paraíba, observando dados fornecidos pela própria instituição, para uma posterior análise de resultados, além da conclusão, que será a última seção deste trabalho.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E SUA DIFÍCIL EXPANSÃO

O histórico da educação superior brasileira mostra que ela nasce, segundo Romanelli (2005), com o único propósito de proporcionar educação para a elite aristocrática e nobre que compunha a Corte. Para o resto da sociedade, a educação se resumia à alfabetização e a um mínimo de instrução que bastasse para garantir o funcionamento das atividades de baixo escalão.

A educação superior se desenvolveu de forma distinta do processo ocorrido nos demais países da América Latina. A primeira universidade brasileira, que reunia várias faculdades sob a direção de um Conselho Universitário, foi fundada no Rio de Janeiro em 1920, fruto da união das Faculdades de Direito e de Medicina e a Escola Politécnica, enquanto que outros países da América Latina tiveram suas universidades logo após o descobrimento: a primeira na República Dominicana, em 1538, e em 1551, no Peru e no México. Até então, seguindo o modelo francês napoleônico, o ensino superior no Brasil era feito em escolas ou faculdades isoladas, ou ainda diretamente na Europa, em universidades como a de Coimbra, em Portugal. Ainda no Brasil, após a fundação da primeira universidade no Rio de Janeiro, foram criadas 22 universidades públicas, como a Universidade de Minas Gerais, em 1927, e a Universidade de São Paulo, em 1934, além de várias

instituições ligadas à Igreja Católica, as quais se tornaram universidades católicas, e algumas poucas universidades públicas dedicadas à pesquisa e à produção de conhecimento (BARREYRO, 2006). Na Paraíba, a primeira universidade pública é criada apenas na década de 50, com a Universidade da Paraíba, em 1955.

A consolidação de outras iniciativas determinantes da política federal ocorreu em 1951, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundações públicas criadas com o objetivo de promover a pesquisa e a capacitação docente. Mais adiante, os anos 90 foram marcados por uma grande efervescência na educação superior, causada em boa parte pela Reforma do Estado, onde, de acordo com os estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as políticas sociais sofreram influências diretas. O MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado), implantado na Reforma, e o Ministério da Educação (MEC) traçaram um diagnóstico do ensino superior público brasileiro em que se apontava o alto custo por aluno, o que embasou uma série de medidas governamentais, como o congelamento dos salários de servidores docentes e não docentes. Corroborando com os estudos do IPEA, Almeida e Rebellato (2006) explicam que as reformas do Estado nos anos 90 apontam para um modelo no qual o Estado deixa de atuar como interventor na economia e provedor direto de serviços nos setores sociais. Em 1997, quando da criação do documento “Plano Nacional de Educação - proposta inicial dos procedimentos a serem seguidos”, o MEC criou a primeira versão do PNE e definiu prioridades educacionais a partir dos objetivos e diretrizes estabelecidas e apontadas pelos principais organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (HERMIDA, 2006), e cujo documento são delineados os princípios e a filosofia propostos pelo Plano, que priorizava o Ensino Fundamental, em detrimentos da educação de adultos e o ensino superior.

Um ano antes, em 1996, era criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), marco regulatório principal da educação brasileira, que organiza todo o sistema educacional brasileiro, da educação infantil à pós-graduação. Sua construção foi iniciada no ano da Promulgação da Constituição Federal de 1988, com o Projeto de Lei 1258/88, apresentado pelo então deputado federal Octávio

Elísio, ex-Secretário da Educação no Governo Tancredo Neves, cujo projeto refletia as principais discussões da educação brasileira em congressos e encontros da área desde o início da década. Em 1989, um primeiro substitutivo incorporou num só texto, 13 outros projetos, e no ano seguinte, um segundo substitutivo aproveitou 978 emendas e mais de 2.000 sugestões de diferentes instâncias da sociedade civil organizada. Já em plenário na Câmara Federal, em 1991, o substitutivo recebeu 1.263 emendas, retornando, por consequência, às comissões da Câmara (Educação, Constituição e Justiça e Finanças). Porém, em 1992, congressistas ligados ao Governo Collor de Melo, obstruíram o projeto na Câmara Federal, como apoio do próprio MEC. Com isso, os Senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correia, deram entrada no Senado Federal em um novo projeto, que na Câmara Federal, com a relatoria da Deputada Angela Amin, foi aprovado e enviado ao Senado (PALMA FILHO, 2005). No Senado o Projeto oriundo da Câmara recebeu o nº 101/93 e teve como relator o Senador Cid Sabóia, cujo parecer foi aprovado na Comissão de Educação do Senado, apresentando um substitutivo mantendo as linhas diretrizes do Projeto originário da Câmara.

Em 17 de março de 1995, por meio de uma manobra regimental, o Substitutivo Cid Sabóia, que deveria ir ao Plenário, retornou às Comissões de Educação e de Justiça e Cidadania e foi considerado inconstitucional pelo Parecer do Senador Darcy Ribeiro, Relator nas duas Comissões, que mais tarde veio a retirar o Substitutivo de discussão e apresentou uma nova proposta de LDB de sua autoria, aprovada em 17 de dezembro de 1996 e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro, como Lei 9.394/1996, recebendo a denominação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou Lei Darcy Ribeiro.

A educação, na Lei 9.394, em seu capítulo inicial, é apresentada como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O artigo 3º, propõe que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios: da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; do respeito à liberdade e apreço

à tolerância; da coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; da valorização do profissional da educação escolar; da gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; da garantia de padrão de qualidade; da valorização da experiência extraescolar; e da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A partir da LDB, as antigas Escolas Técnicas Federais, que ofereciam apenas cursos técnicos em nível médio nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), passaram a oferecer cursos de nível superior. A própria disposição legal da LDB define, entre outros pontos, que uma universidade deve oferecer programas de pós-graduação *strictu sensu*. Ainda no bojo da LDB, o Decreto Federal nº 2.208/97, hoje revogado e substituído pelo Decreto Federal nº 5.154/04, foi responsável por trazer grandes mudanças para a arquitetura da educação superior no Brasil, uma vez que trata dos cursos superiores tecnológicos. Porém, mesmo trazendo 92 artigos, com quatro específicos para a educação profissional (artigos 39 a 42), a LDB não se refere claramente aos cursos tecnológicos. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

A partir de 1997, com a promulgação do Decreto nº 2.208, houve mudança nos artigos 39, 40, 41 e 42 da LDB. Com isso, o nível profissional foi separado do ensino médio, tendo cada um seu próprio currículo; os cursos profissionais passaram a ser ofertados em paralelo ou de forma sequencial, não mais em programas combinados; criou-se uma nova categorização no ensino profissional: básico, técnico e tecnológico (este último referindo-se a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados aos egressos do ensino médio e técnico) (HENRIQUES, 1999; TAKAHASHI E AMORIM, 2008).

Com a nova categorização do ensino profissional, o Parecer CNE/CES nº 436, de 2001, que deliberou a respeito dos Cursos Superiores de Tecnologia, classificou-os como cursos de graduação com características especiais, distintos dos bacharelados e licenciaturas a partir dos quais estariam seus egressos aptos a prosseguir seus estudos em nível de pós-graduação. Além disso, nos Cursos Superiores de Tecnologia, é possibilitada a estruturação do curso em módulos, o que permite entradas e saídas em qualquer um dos períodos., permitindo

certificações intermediárias a cada semestre, tornando o produto ainda mais atrativo para um público que está no mercado de trabalho e necessita de rápida qualificação.

2.1 O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001

Em 1997, o Ministério da Educação divulgou o documento “Plano Nacional de Educação – proposta inicial dos procedimentos a serem seguidos”, que antecedeu o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, preconizava a necessidade de se discutir a reforma da educação junto aos atores da comunidade educacional, de forma análoga ao que ocorreu quando da elaboração do Plano Decenal de Educação em 1993 e 1994. (INEP, 2006). Nesse primeiro documento já era possível observar diretrizes estabelecidas e apontadas por organismos multilaterais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco Mundial e o FMI. Conforme Saviani (1997), os documentos eram basicamente inspirados em expressões encontradas, nas últimas décadas, na “Aliança para o Progresso”, nas incursões da United States Development Agency (USAID), nos projetos da Unesco/Cepal/Pnud e nas diretrizes do Banco Mundial, cujas palavras de ordem eram qualidade, produtividade e equidade.

Seguindo adiante, foi apresentado pelo Deputado Federal Ivan Valente o documento “Plano Nacional de Educação - proposta da sociedade brasileira”, cujo projeto buscava a participação da sociedade, através de realizações de audiências públicas, para debaterem o Plano. Esse projeto foi descartado e os deputados progressistas tentaram alterar o teor do texto através de emendas. Foram apresentadas 160 emendas, que acabaram por não modificar substancialmente a estrutura-base proposta pelo executivo, apesar de vários deputados terem tentado alterá-la. O PNE foi finalmente aprovado e em 09 de janeiro de 2001 e recebeu sanção presidencial, contendo nove vetos à proposta inicial.

Este último Plano Nacional de Educação (PNE), foi a consolidação de uma série de reformas, rotuladas por algumas entidades estudantis e sindicais como sendo de cunho neoliberal e neoconservador¹. Para Hermida (2006), as reformas,

¹ As principais associações estudantis e sindicais que utilizaram essa denominação foram: a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), a Associação de Pós-graduandos da Unicamp (APG/Unicamp), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Central Única dos Trabalhadores, a Federação da Associação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

que sempre foram taxadas de “modernizantes” e que, portanto, atenderiam às inovações tecnológicas, foram fruto dos mais diversos instrumentos utilizados pelo governo: aprovação de projetos de lei, propostas de emendas constitucionais, medidas provisórias, decretos e portarias.

2.2 Educação à Distância (EaD)

Outro marco legal importante para a educação superior brasileira foi a regulamentação da educação a distância, por meio do Decreto nº 1.917, promulgado em 27 de maio de 1996, cuja modalidade já era reconhecida nas LDB, mais precisamente nos artigos 80 e 87:

Art. 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996).

O artigo 87, parágrafo segundo, afirma que cabe ao poder público (União, estados e municípios) “prover cursos presenciais ou à distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados”. O parágrafo terceiro também traz como obrigação do poder público “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”. (BRASIL, 1996).

No mesmo ano da promulgação do Decreto nº 1.917, foi aberto o canal TV Escola, a TV pública do Ministério da Educação destinada aos professores, educadores e alunos, que hoje conta com uma plataforma de televisão distribuída pela parabólica, TVs por assinatura e também pela internet e que, conforme observa Dourado (2008, p. 900), a EaD “a partir da segunda metade da década de 1990, passou a ocupar espaço de referência para as políticas de expansão e, particularmente, para a formação de professores”. A partir de 2002, tem-se o registro das primeiras matrículas em cursos superiores na modalidade EaD, estando 34.322 alunos matriculados em IES públicas e apenas 6.392 em IES privadas.

Com o Decreto 5.622, de dezembro de 2005, que logo em seguida sofreu alterações com a promulgação do Decreto nº 6.303/2007, traz definições a respeito da gestão e avaliação dos cursos, regulamentando o art. 80 da LDB. Foram instaurados diversos processos de supervisão sobre as IES que ofertavam cursos na modalidade EaD, devido à relevantes desconformidades em relação à nova legislação. Somente entre 2008 e 2010, 40 IES (entre públicas e privadas) passaram por processo de supervisão.

Em 2006, por meio do Decreto nº 5.800, de 2006, foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que passou a ser outro marco importante para a educação à distância no Brasil. A UAB surgiu “com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (BRASIL, 2006). Conforme seus termos, a UAB fomenta a modalidade de educação à distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. Preti (2005, p. 32) assegura que a EaD “é tida como uma alternativa viável à democratização das oportunidades educacionais no país, compreendendo a democratização como acesso, permanência e qualidade de ensino”. Santos (2011) reforça que a possibilidade de interiorizar o ensino público é uma das facetas mais destacadas da UAB e principalmente dentre seus objetivos estão o aumento na oferta de cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da educação básica,

além de cursos para a formação de corpo técnico-administrativo que atuem nas escolas.

3 O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI

Instituído por meio do Decreto nº 6.096 de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social e tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

A meta global do Programa, definida no art. 1º do Decreto, é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18/1, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007).

Ainda de acordo com o Decreto Presidencial, o Programa deve ser norteado com o objetivo de reduzir as taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas, bem como o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno. Propôs a ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior, incluindo a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. As universidades devem pautar a revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade, além de diversificar as modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Os recursos financeiros para a implementação do Programa, é proveniente do Ministério da Educação (MEC) e destinada a todas as universidades federais, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação,

principalmente no que diz respeito a: a) construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa; b) compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

Segundo o MEC, a decisão de vincular-se ou não ao Reuni depende de cada universidade. Esta autonomia favorece a cobrança por resultados, uma vez que é a própria instituição que define as metas a serem atingidas. O resultado é o fomento a uma cultura de resultados, que pode modificar as relações entre as IFES e o MEC, bem como a sua gestão como um todo. (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

Para Araújo e Pinheiro (2010), o programa aposta na contratualização de resultados para inserir as Instituições no desafio de expandir o sistema no curto prazo. Mais que isso, o REUNI inverte a lógica das relações entre as IFES e o MEC: muda-se a ênfase dos processos para os resultados. E os bons resultados já poderiam ser percebidos no primeiro ano do Programa, em 2008, cujo cumprimento das metas propostas, em geral, foram cumpridas e em alguns casos, houve superação da previsão inicial estabelecidas pelas universidades federais. Usando o ano de 2007 como referência, o número de vagas em cursos presenciais de graduação totalizava 132.451. Em 2008, já no primeiro ano de aplicação do Programa, esse número aumentou para 147.277 vagas ofertadas pelas universidades federais (BRASIL, 2009, p. 6).

Conforme o relatório do primeiro ano de aplicação do Programa elaborado pelo MEC, publicado em 30 de outubro de 2009, das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao Programa em duas chamadas: a primeira em 29 de outubro de 2007, a qual aderiram 42 universidades e a segunda, em 17 de dezembro do mesmo ano, com adesão de mais 11 universidades federais, o que mostra o forte interesse despertado pelo Programa.

Quanto ao número de cursos de graduação, segundo o relatório, em 2007 existiam 2.326 cursos presenciais e em um ano, a ampliação de cursos ofertados foi de 9,7%, aumentando para a totalidade de 2.552 cursos em 2008, em todos os casos no período diurno e noturno, seguindo as diretrizes do programa.

Para 2010, a meta do MEC para o Reuni era ter 1.054.650 estudantes matriculados nas IFES, mas segundo dados do Censo da Educação Superior de 2010, o número atingido foi de 833.934. Uma análise mais apurada permite identificar que o aparente avanço no número de matrículas não foi acompanhado por um investimento proporcional planejado: a expectativa era investir até 2011 o valor de R\$ 5,2 bilhões, mas, segundo dados do Portal da Transparência, o montante ficou em apenas R\$ 2,8 bilhões. O referido programa superou as expectativas em dois aspectos: aumento no número de vagas e de cursos. No período de 2008 a 2011, criaram-se 79 mil vagas presenciais (23% a mais do que o planejado) e foram abertos 1,7 mil novos cursos de graduação nas IFES, 89% a mais que a meta prevista. (GAZETA DO POVO, 2012).

No sentido da democratização da educação superior, percebe-se que à expansão de vagas observada nas universidades federais são acrescidas iniciativas para incrementar o ingresso da população de baixa renda e de segmentos discriminados (PAULA, 2017). Alguns marcos regulatórios podem ser citados nessa direção, a exemplo do próprio PNE (2001), que propôs “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” e a Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que tem como finalidade “a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, [...] da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade [...]” (BRASIL, 2004). Reunindo-se a estes, está a Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que se destina a estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presenciais nas IFES, selecionados por critérios socioeconômicos e outros definidos pela instituição formadora.

Gomes & Moraes (2009:1) discorrendo sobre a expansão da educação superior no Brasil, comentam que este acontecimento compõe o curso histórico dos ciclos do ensino superior nacional e suas metamorfoses. A questão é saber se parte das metamorfoses provocadas pela atual expansão das matrículas, ratifica a sua natureza democrática, ponderam.

Mesmo com as críticas e da desconfiança de alguns estudiosos quanto ao Reuni, o programa propiciou um grande avanço na educação superior no Brasil, principalmente na forma quantitativa, com a criação de novos campi, a diversificação da oferta de cursos, ampliação do número de vagas, contratação de novos professores e estrutura física, quanto na forma de inclusão social, dando oportunidade para que todos tivessem acesso ao ensino superior, incluindo aqueles que moram distante dos grandes centros, mas que tiveram oportunidade de estudar através da plataforma EaD. Neste contexto, faremos uma análise da implantação do programa na Universidade Federal da Paraíba.

4 A IMPLANTAÇÃO DO REUNI NA UFPB

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição pública de ensino superior vinculada ao MEC, foi criada ainda em 1955, através da Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955, chamando-se primeiramente de “Universidade da Paraíba”. Sua federalização ocorreu em 1960 pela Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando a ser Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

A UFPB, em 1955, foi formada pela junção de algumas escolas superiores isoladas incorporadas: Faculdade de Filosofia da Paraíba, Faculdade de Odontologia da Paraíba, Escola Politécnica da Paraíba, Escola de Enfermagem da Paraíba e agregadas outras, conservadas suas personalidades jurídicas, como a Faculdade de Direito da Paraíba, Faculdade de Medicina da Paraíba, Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, além da Escola de Engenharia da Paraíba e Escola de Serviço Social, cujo objetivo da agregação era “criar e fortalecer o vínculo universitário” (PARAÍBA, 1955).

Em 1996, sob o comando do Reitor Neroaldo Pontes de Azevêdo, foi criada uma Comissão de Desmembramento, constituída pelo Conselho Universitário, em 05 de fevereiro de 1996, e a Subcomissão Especial pró-UFCG, através da Portaria R/GR/nº 004/96, de 28 de fevereiro de 1996, que teve como principais subsídios o anteprojeto de criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, o Relatório de Atividades e o Relatório Final da Comissão de Desmembramento da UFPB, que concluiu pela viabilidade técnica de criação de duas novas estruturas na Universidade Federal da Paraíba: a UFPB, com sede em João Pessoa, e abrigando ainda os campi de Areia e Bananeiras, e a UFCG, com sede em Campina Grande, e

compreendendo também os campi de Patos, Sousa e Cajazeiras (UFPB, 1996). O desmembramento ocorreu em definitivo com a sanção da Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002, que dispõe sobre a criação da UFCG.

A UFPB, ao longo de sua existência, sempre vem pautando sua gestão para o seu desenvolvimento, expansão e melhoria das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a exemplo, em 2006, do Plano de Expansão com Interiorização das Ifes, Programa Expandir (2003-2006), oferecido pelo MEC.

Em 2007, portanto antes do REUNI, a UFPB oferecia 57 cursos de graduação (42 bacharelados e 15 licenciaturas), com 17.086 alunos matriculados, além de 33 cursos de mestrado, com 1.578 alunos matriculados, e 16 cursos de doutorado, com 757 alunos matriculados, totalizando 19.420 alunos. O seu corpo docente era composto de 1.458 professores, dos quais 54% eram doutores e 34% mestres, e contava ainda com os professores substitutos, que eram em número de 297.

A estrutura da UFPB, ainda em 2007, era composta pelo Campus I, na cidade de João Pessoa, com área total de 367 ha e área construída de 270 mil m², composto dos seguintes centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCHLA, Centro de Ciências Médicas – CCM, Centro de Ciências da Saúde – CCS, Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, Centro de Educação – CE, Centro de Tecnologia – CT, Centro de Ciências Jurídicas – CCJ; Campus II, na cidade de Areia, com uma área total de 616 ha e uma área construída de 45 mil m², compreendendo o Centro de Ciências Agrárias – CCA; Campus III, na cidade de Bananeiras, com área total de 375 ha e área construída de 58 mil m², abrangendo o Centro de Formação de Tecnólogos – CFT, e o Campus IV, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, com área total de 14ha e uma área de edificações em construção de 14 mil m², onde estava sendo implantado o Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE.

4.1 O Projeto da UFPB para o Reuni – Uma análise de seus documentos de referência

Dando continuidade ao seu processo de expansão, a UFPB apresenta seu Projeto no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI para os anos 2008-2012, com o objetivo de

“implementar políticas e ações que fortaleçam e incrementem extensão na perspectiva da transformação social, por meio da formação cidadã do estudante de graduação, e da interação com os demais setores e segmentos da sociedade”.² Tendo como perspectiva para o ensino de graduação ser concebido à luz de sua inter-relações com o desenvolvimento de diversas outras atividades e inovações acadêmicas compatíveis com a promoção do ensino em geral, da pesquisa e da extensão. O Reuni na UFPB foi composto por um amplo conjunto de objetivos, metas e ações voltadas para a infraestrutura e para a vida acadêmico científica-institucional, incluindo em seu programa um plano geral de implementação da proposta, com cronograma de implantação e execução, orçamento parcial e global, além de um sistema de acompanhamento e avaliação, concentrado nos seus três campi: João Pessoa (sede), Bananeiras e Areia.

A implantação e o acompanhamento do REUNI-UFPB, segundo o projeto, foram sistematicamente desenvolvidos por uma coordenação criada com essa finalidade. É evidente que esse sistema dedicaria grande atenção operacional à concepção, contratação, supervisão, fiscalização e conclusão dos programas e projetos de obras, recuperações, aquisição e implantação de equipamentos etc., e tinha como missão essencial, acompanhar, avaliar, assessorar e orientar as administrações superior e setoriais, em todas as fases da implementação das ações programadas para a vida acadêmica da UFPB. (PROJETO UFPB-REUNI, 2007)

A UFPB foi uma das universidades brasileiras a aderirem ao novo Programa, se comprometendo a cumprir duas das suas metas básicas, que são metas globais do REUNI para todas as universidades: 1) levar gradualmente a taxa média institucional de conclusão de cursos presenciais de graduação de 68,5%, (2007) para 90%, (2012) e 2) aumentar a relação média de alunos dos cursos presenciais de graduação por professor de 13,2, para 18,0.

Para chegar a esta meta, a UFPB propôs um conjunto de linhas de ações a serem implementadas, com o objetivo inicial, para até 2012, de criação e funcionamento de 32 novos cursos presenciais de graduação e expandido a oferta de vagas em 25 cursos de graduação já existentes.

² PROJETO UFPB – REUNI, foi elaborado e aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI), através da Resolução nº 27/2007, durante a gestão de Rômulo Soares Polaris.

Levantamento de dados mostram que de 2002 a 2007, portanto antes do Reuni, a UFPB já vinha mantendo um crescimento bastante significativo, excetuando-se o quadro de servidores Técnicos-Administrativos:

Quadro 01 — Evolução quantitativa em número de cursos, cursos ofertados, vagas oferecidas, alunos matriculados, docentes e técnico-administrativo (2002-2007)

Variável de Desempenho (Graduação)	Evolução Anual		Crescimento (%)
	2002	2007	
Nº de cursos	48	57	18,8
Vagas oferecidas	3.540	5.104	44,2
Alunos matriculados	15.997	19.421	21,4
Nº de docentes	1.653	1.755	6,2
Nº de servidores Técnico-Administrativos	3.706	3.620	-2,3

Fonte: Projeto REUNI - UFPB (2007)

Uma forma de dar continuidade ao seu crescimento e corroborar com o Reuni em todos os aspectos, incluindo metas e objetivos, a UFPB lança, em 2009, seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o período de 2009 até 2012, e que tem como um de seus principais objetivos estratégicos, o fortalecimento do desempenho acadêmico e administrativo, através do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o intuito de consolidar o processo de transformação estrutural e organizacional, para ampliar o efetivo impacto da instituição no cumprimento de sua missão. (PDI UFPB, 2009)

De acordo com a narrativa encontrada no PDI, a constituição desse Plano atenderia aos objetivos e compromissos do REUNI ao mesmo tempo em que visava contribuir para o desenvolvimento acadêmico-científico, cuja implantação da estrutura de governança proposta, deveria ocorrer de forma progressiva, de modo a não gerar perdas de descontinuidade, tendo como ponto de partida os programas estruturantes com foco na melhoria do desempenho. De acordo com o Plano aprovado, este processo de migração da articulação organizacional seria iniciado com a composição de uma primeira Câmara-Programática, composta pela Pró-Reitoria de Graduação (PGR), Comissão REUNI, Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), a qual teria como foco as metas acadêmicas do Projeto REUNI, para, em seguida, expandir esta dimensão horizontal para outros programas e projetos. (PDI UFPB, 2009)

Desta forma, iremos, a seguir, descrever e analisar, separadamente, as principais metas do Reuni: relação média de alunos dos cursos presenciais de graduação por professor e taxa média institucional de conclusão de cursos presenciais de graduação. Além disso, analisaremos o avanço no programa no quesito infraestrutura, número de cursos de graduação e de alunos matriculados.

4.2 Número de Professores

Seguindo as metas propostas no projeto REUNI da UFPB, a relação média de alunos dos cursos presenciais de graduação por professor deveria passar de 13,2, dados de 2007, para 18,0 até o ano de 2012. Neste sentido, iremos apresentar os avanços no quadro de pessoal docente, continuando com uma análise do número de matriculados nos cursos de graduação no período de 2008 e 2012, através de pesquisas em Relatórios de Gestão e do Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2012). Feito isto, concluiremos a análise e verificaremos se a meta foi efetivamente atingida.

Portanto, com a proposta de crescente aumento no número de cursos e de vagas ofertadas para os cursos de graduação, com consequente aumento no número de matrículas, seria evidente a adequação do corpo docente às necessidades dos objetivos e metas acadêmicas do REUNI-UFPB como condição básica para o seu êxito. Sendo assim, o Projeto REUNI da UFPB coloca a seguinte meta para 2012:

Quadro 2 — Principais metas do Reuni UFPB para 2012

Proposta REUNI			
Aspectos	Em 2007	Em 2012	Aumento no Período (2007-2012)
Professores (RETIDE)*	1.590	1.985	395 (+24,8%)
Relação Aluno/Professor	13	18	5 (+38,5%)

Fonte: Projeto REUNI – UFPB

*RETIDE: Regime por tempo integral e dedicação exclusiva.

A expansão de pessoal docente do quadro permanente de pessoal da UFPB se daria da seguinte forma, segundo o PDI de 2009: a) Substituição dos professores contratados temporariamente (substitutos) por docentes efetivos, em atenção às disposições da Portaria Normativa interministerial nº 22, de 30 de abril de 2007, D.O.U. de 02 de maio de 2007; b) Admissão de novos professores para atender aos objetivos e metas do Projeto REUNI. (PDI UFPB, 2009)

Com base na análise dos Relatórios Gerais da UFPB ao longo do período 2007-2012, podemos constatar uma evolução continuada e marcante do número de professores efetivos na UFPB, com o ingresso ao longo deste ciclo de 658 novos professores efetivos, o que representou um crescimento de aproximadamente 71% neste número, saltando de 1.590 em 2007 para 2.248 em 2012. Trata-se, portanto, de um aumento bem superior ao inicialmente programado, de 395 professores, o equivalente a aproximadamente 25%. Em termos um pouco mais detalhados, ao final de 2008, após realizações de concursos públicos para admissão de professores, a UFPB já contava com 1.899 servidores docentes, sendo 1.713 efetivos, 180 substitutos e 6 visitantes. (Relatório Geral UFPB-2008). Em 2009, este número chegou a 2.014, sendo 1901 efetivos, 110 substitutos e 3 visitantes. Em 2010, a UFPB já atingiria a meta, tendo em seu quadro de pessoal docente 2.085 professores, sendo 2.033 efetivos, 51 substitutos e 1 visitante. Daí em diante, até 2012, o número evoluiu para 2.239, em 2011, sendo 2.142 efetivos, 96 substitutos e 1 visitante, e finalmente, em 2012, 2.366 professores, sendo 2.248 efetivos, 117 substitutos e 1 visitante, conforme os Relatórios de Gestão, um aumento significativo, tendo em vista o cumprimento da meta da relação aluno/professor.

No que diz respeito à contratação de servidores, regulamentações federais garantiram maior autonomia para a Universidade nomear docentes e técnico-administrativos, ampliando-se as contratações para além daquelas previstas no REUNI. Foi criado, por meio do Decreto nº 7.232 de 19/07/2010, o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação abrangendo o quantitativo de cargos dos níveis C, D e E do Plano de Carreira previsto na Lei 11.091 de 12/01/2005.

Essa regulamentação possibilitou que a UFPB substituísse, independente de prévia técnico-administrativos (classes C, D e E) nos casos de aposentadoria, óbito, vacância ou exoneração. Assim, tornou-se mais célere o preenchimento dos cargos vagos e a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público previsto no Edital nº. 37/2009, de resultados válidos até outubro de 2011.

Neste ano, a PROGEP realizou sistematicamente concursos para docentes em edital único em que se prevê atendimento a diversos departamentos e centros. E

o Decreto nº 7.485 de 18/05/2011 consolidou o Banco de Professor-Equivalente previsto na Portaria Normativa Interministerial Nº. 22, de 30/04/2007.

Dando continuidade, passamos a analisar agora os dados referentes ao número de matriculados nos cursos de graduação da UFPB, no período de implantação do projeto REUNI.

4.3 Alunos de graduação presencial matriculados e novos cursos

A UFPB apresentou em seu Projeto REUNI a meta global de alcançar 35.225 estudantes presenciais matriculados nos cursos de graduação no ano de 2012. Colocando em prática o projeto de implantação do REUNI, a UFPB criou, em 2008, nove cursos de graduação presencial: Medicina Veterinária, Engenharia Ambiental, Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais, Engenharia Química, Arquivologia e Ciências das Religiões, sendo que dois só vieram a funcionar em 2009: Engenharia de Produção e Psicopedagogia.

Além da ampliação dos cursos presenciais, a UFPB implantou três novos cursos de licenciatura, na modalidade à distância: Ciências Agrárias (campus III), Ciências Biológicas e Ciências Naturais (campus I), aumentando para 73 o número de cursos de graduação, sendo 67 cursos na modalidade presencial, distribuídos nos quatro *Campi* da universidade, e 6 cursos de licenciatura na modalidade à distância.

Desses 67 cursos de graduação presenciais em funcionamento, 46 cursos, ou seja, 69% tiveram seus PPPs elaborados e aprovados, no período de 2005 a 2008, nas instâncias competentes desta Universidade. Somando os 6 (seis) cursos de graduação à distância com os novos cursos da graduação presencial criados e implantados em 2008, tem-se 61 cursos com os PPPs aprovados, o que equivale a 84% do total de cursos de graduação da Instituição (RG-UFPB-2008), resultado, segundo o documento oficial mencionado, dos esforços da UFPB, através de um processo participativo da comunidade acadêmica na construção de novos Projetos Político-Pedagógicos – PPP para os cursos de graduação, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, elaborados pelo MEC, e com as normas vigentes na UFPB (Resoluções n 34/2004 e 04/2004, ambas do CONSEPE).

Ainda em 2008, a UFPB deu continuidade ao processo de avaliação do Processo Seletivo Seriado (PSS), visando à implementação de mudanças necessárias ao aprimoramento desta modalidade de ingresso na universidade. Neste sentido, priorizou-se a elaboração e discussão de novos modelos de PSS a serem discutidos com a comunidade acadêmica e aplicados gradativamente nos próximos anos. Nessa modalidade de ingresso, o número de novos estudantes na UFPB alcançou, na graduação presencial, o total de 21.152 matrículas. Além disso, teve o ingresso de 2.047 alunos nos cursos de ensino à distância, 340 pela via do Processo Seletivo de Ingresso via Programa Especial de Formação Superior PROESP³, sendo 98 no período letivo 2008.1 e 242 no período letivo 2008.2, 4.151 através do PSS, 232 pelo PSTV – Processo Seletivo de Transferência Voluntária e 327 por intermédio de vestibular especial feito para seleção de estudantes para os novos cursos do Reuni (RG-UFPB-2008).

Mais adiante, em 2009, com a meta de reorganização dos cursos de graduação, foram elaborados e aprovados Resoluções criando os cursos de Tecnologia e Sequenciais (Resolução nº 04/2009 e 06/2009, CONSUNI, respectivamente), sendo implantados neste mesmo ano, 02 (dois) cursos de natureza multi e interdisciplinar: Psicopedagogia e Tecnologia em Gestão Pública, além de 02 (dois) cursos sequenciais: Música Popular e Regência de Bandas e Fanfarras. Além disso, foi ampliado o número de cursos noturnos, de 25, em 2008, para 31 em 2009⁴ (RG-UFPB-2009).

Com esta progressiva expansão, a UFPB passou a figurar entre as 57 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do país como uma das mais importantes das regiões Norte e Nordeste em termos de dimensão e desempenho acadêmico⁵. Essa sua grande dimensão e inserção territorial ficam patentes quando se observa o grande número de alunos matriculados, cerca de 30.991, sendo 23.606 nos cursos de graduação presencial, ainda em 2009 (RG-UFPB-2009).

³ Processo seletivo para ingresso de funcionários públicos nos cursos de graduação da UFPB.

⁴ Conforme quadro de vagas para o Processo Seletivo Seriado (PSS) de 2008 e 2009, havia 28 cursos noturnos em 2008 e aumentou para 32 em 2009. Foram acrescentados os cursos de Arquivologia, Ciências das Religiões, Ciências Sociais e Letras – Linguas Clássicas (Grego e Latim).

⁵ Conforme o Índice Geral de Cursos, publicado em 2009 pelo MEC, a UFPB ficou em 5º lugar entre as IFES nordestinas.

Em 2010, um importante movimento de expansão do ensino superior foi realizado na UFPB por meio da criação do Campus IV (Litoral Norte). O processo de expansão com a implantação deste campus teve como meta a criação de doze cursos de graduação, dos quais dez estavam em funcionamento, tendo em vista que os cursos de Engenharia de Pesca e de Gestão de Negócio, inicialmente previstos no projeto, foram substituídos por outros que se encontravam em processo de implantação: Licenciatura em Letras e Gastronomia, a fim de propiciar uma melhor compatibilidade com o perfil socioeconômico da região. Com isso, o quantitativo de 800 ingressantes no ano de 2010 constitui o principal indicador do cumprimento das ações de expansão, que somado aos matriculados nos demais cursos, chega ao total de 26.242⁶ alunos matriculados em 2010 nos cursos de graduação presencial, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC (RG-UFPB-2010).

No ano seguinte, em 2011, a UFPB apresentou destacadas realizações. O novo contexto social, econômico, político, cultural e educacional vivido no país naquele período, como a posse de Dilma Rousseff, primeira mulher a assumir o cargo de presidente, e as exigências demandadas pela sociedade do conhecimento e o mundo do trabalho exigiu das Instituições de Ensino Superior uma atitude permanente de avaliação e reformulação das propostas pedagógicas dos seus cursos. A Universidade Federal da Paraíba fez um trabalho no sentido de colocá-la em sintonia com os desafios estabelecidos pela sociedade. Nesse sentido, continuando o processo iniciado em 2008, a UFPB elaborou os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, compreendidos como um conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destina à concretização curricular dos cursos. Segundo os documentos oficiais da UFPB consultados, esta tarefa exigiu a definição de uma política educacional, a partir de princípios filosóficos e políticos, que poderia contribuir para a consolidação da missão da Instituição, seu papel social e científico no território regional e nacional, de forma a constituir-se em compromisso político e pedagógico. Fez-se necessário, para tanto, uma reflexão acerca da concepção da educação e sua relação com a sociedade, fundamentada na concepção do ser humano a ser

⁶ No entanto, cabe ressaltar o cancelamento de 924 matrículas por solicitação dos alunos, em face dos mesmos terem sido selecionados para o Programa Universidade para Todos (PROUNI), correspondeu a aproximadamente 3,5% do total de estudantes matriculados no ano de 2010.

formado, na perspectiva do ser cidadão, consciente, crítico e transformador (RG-UFPB-2011).

Nessa perspectiva, no ano de 2011, dentro de uma visão pedagógica que sinaliza para o trabalho coletivo e toma o currículo como elemento essencial da construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que convida para a reflexão sobre a prática e vivência da avaliação qualitativa, 05 (cinco) Projetos Pedagógicos dos Cursos foram reformulados. Além disso, foram elaborados 06 (seis) Projetos Pedagógicos de novos cursos presenciais, a saber: Ciências das Religiões (Bacharelado), Matemática Computacional, Cinema e Audiovisual, Biotecnologia, Engenharia de Energias Renováveis e Letras (Português). Os cinco primeiros começaram a serem ofertados no Campus I e o último no Campus IV (Litoral Norte). (RG-UFPB-2011)

Segundo o Relatório de Gestão da UFPB, com esses novos cursos, o aumento no total dos cursos de graduação presenciais, no período 2010-2011, foi de 11%, seguido de aumento do número de matrículas nos cursos presenciais, de 12% no mesmo período, totalizando 29.441 matrículas, em 2011.

As estratégias pensadas para aumentar o número de vagas ofertadas e para a criação de novos cursos de graduação, incluíram um levantamento dos cursos existentes que pudessem ampliar suas vagas, em função das demandas no vestibular e do mercado de trabalho, em articulação com as coordenações de curso e as chefias departamentais. Como resultado do projeto REUNI, em 2012, a UFPB aumentou o número de vagas ofertadas na graduação em cerca de 43%, chegando ao patamar de 8.070 novas vagas, segundo Relatório de Gestão 2012.

Ainda em 2012, como ação inovadora complementar, criou-se o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR), com três Cursos de Tecnologia (Tecnologia de Alimentos, Tecnologia Sucroalcooleira e Tecnologia de Produtos de Origem Animal) e um curso de Graduação multi e interdisciplinar em Tecnologia em Gestão Pública, que até então eram ofertados no Campus I da UFPB.

Com isso, o ano de 2012 cristaliza o momento histórico em que a UFPB, dez anos após o desmembramento de três campi, que deu origem à UFCG em 2002, e que havia reduzido sua dimensão e influência no sistema das IFES, alcança

novamente o status entre as maiores universidades do Nordeste, situando o Estado da Paraíba, no âmbito do ensino universitário, em um patamar superior ao que lhe corresponderia por sua posição relativa em termos de PIB e população. A UFPB iniciou o ano de 2012 como a IFES com maior número de alunos matriculados, maior número de cursos de graduação (135⁷ cursos, sendo 128 presenciais e 07 à distância) e maior número de vagas para acesso ao ensino superior (8.070)⁸ e a segunda maior em servidores e em docentes-doutores, no Nordeste.

O Quadro a seguir sintetiza a evolução de alunos matriculados nos cursos presenciais da UFPB.

Quadro 3 — Alunos Matriculados em Cursos Presenciais de Graduação (2008-2012)

Ano	Alunos matriculados – Graduação presencial	Evolução anual (%)
2008	21.152	-
2009	23.606	11,6
2010	26.242	11,2
2011	29.441	12,2
2012	31.837	8,1

Fonte: UFPB – Relatórios de Gestão – anos sucessivos 2007 a 2012. Elaboração própria

Como se pode constatar pelo quadro síntese acima, o número de estudantes matriculados nos cursos presenciais de graduação na UFPB seguiu uma forte progressão no período estudado. Seus elevados índices decrescimento, contudo, não foram suficientes para que a UFPB alcançasse a meta de 35.225 alunos matriculados, conforme inicialmente programada no documento de referência de planejamento do seu programa Reuni. Mesmo diante de uma evolução anual expressiva ao longo do período, o alcance de “apenas” 90,4% da meta definida pode revelar tanto uma definição excessivamente otimista na definição da meta, quanto o deslocamento dos objetivos e estratégias ao longo do processo, como, por exemplo, uma maior ênfase no ensino à distância, no ensino de pós-graduação, ou no esforço para manter e aumentar a taxa de sucesso dos estudantes de baixa renda, aspectos infelizmente não analisados neste trabalho.

⁷ Conforme cadastro no E-MEC.

⁸ 6.510 vagas através do PSS e 1.560 via Sistema de Seleção Unificada (SISU).

4.4 Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

A Taxa de Sucesso na Graduação, outra das principais metas do REUNI, que pretendia levar ao patamar de 90% a conclusão de cursos presenciais pelos alunos de graduação, se iniciou com uma pequena queda e manteve-se constante ao longo do período estudado. Em 2008, já no primeiro ano de implantação do Programa, a TSG ficou em 54% de acordo com os indicadores da Decisão TCU nº 408/2002. Deste ponto em diante as taxas foram as seguintes:

Quadro 4 — Indicadores de Taxa de Sucesso na Graduação

	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,54	0,55	0,47	0,39	0,5

Fonte: Relatório de Gestão 2012 – UFPB. Elaboração própria.

O quadro a seguir apresenta um retrato comparativo dos indicadores fundamentais do programa Reuni da UFPB, pautados nas metas propostas pelo Projeto REUNI, atingidas até o ano de 2012:

Quadro 5 — Mapa comparativo: proposta do projeto e resultado alcançado em 2012

Indicadores	2007	Meta para 2012	Resultado alcançado em 2012
Alunos matriculados (Graduação Presencial)	20.594	35.155	31.837
Professores efetivos	1.590	1.985	2.366
Relação média Aluno/Professor	13,2	18,0	19,57
Taxa de Sucesso de Graduação	68,5%	90%	50%

Fonte: UFPB – Projeto Reuni, 2007; UFPB, Relatório de Gestão 2012 e 2016. Elaboração própria.

Pelo quadro síntese acima, constata-se que as metas acadêmicas e de pessoal programadas pelo projeto Reuni da UFPB tiveram alcance relativo, tendo logrado superar as metas de 35.155 alunos matriculados em 2012. Por outro lado, revela que não foram alcançadas as metas em termos de Taxa de Sucesso de Graduação, como as informações acima revelam.

4.5 Infraestrutura

Com as condições de infraestrutura acadêmica no ano de 2007, consideradas insuficiente para atender ao projeto REUNI, seria quase impossível melhorar substancialmente os padrões de qualidade e eficiência da gestão acadêmica institucional que o programa estabelecia. Com os recursos advindos do MEC para o REUNI, a UFPB previu a realização de grandes investimentos em novas edificações, além de recuperações e modernizações de instalações existentes e implantação de

equipamentos nas atividades-fim e nas áreas meio, com a construção de novas salas de aula, novos laboratórios, ambientes para professores, auditórios, espaços para as unidades administrativas de departamentos/coordenações de cursos, além da recuperação e modernização de laboratórios, salas de aula e outros órgãos acadêmico-administrativos. Portanto, precisaria um conjunto de ações de elevada magnitude financeira e material, com foco principal no ensino de graduação e suas inter-relações com o ensino de pós-graduação, a pesquisa e a extensão (PROJETO UFPB, 2007).

Desta forma, a UFPB teria que passar por uma crescente necessidade de contratação de obras, de reformas e outros serviços diversos, contemplando ainda a compra e instalação de equipamentos. Conforme determinam as Diretrizes Gerais (REUNI/MEC) e o Decreto nº 6.096/2007, cada universidade que aderisse ao programa, teria um incremento de valor para as Despesas de Natureza Continuada (Pessoal ativo, incluindo benefícios, mais despesas de capital e custeio), no limite máximo de 20% do seu orçamento total de 2007 (art. 3º, inciso III, §1º e 2º do Decreto). Isso significa para a UFPB uma dotação orçamentária adicional de R\$64.546.606,00, para o período de 2008 a 2012.

Ainda seguindo as Diretrizes Gerais do MEC para o REUNI, o projeto da UFPB propôs um Orçamento de Investimentos no valor máximo permitido, que teria seu total de recursos para investimentos definido em função do número de novas matrículas projetadas, que era de R\$5.000,00 por cada uma das matrículas. Como a meta era passar de 20.599 matrículas, em 2007, para 35.155 em 2012, projetando 13.566 novas matrículas, o investimento seria na ordem de R\$67.830.000,00.

Com todos esses orçamentos previstos, a UFPB elaborou, em 2008, os projetos e licitações de ampliações destinadas a abrigar os novos cursos e o aumento de novas vagas nos cursos existentes. De uma área prevista de 13.000 m² para construção, foram licitados 11.373,74 m², alcançando 87,49% da meta prevista. Em termos de valores, após as licitações, as obras foram avaliadas em R\$6.374.399,96. No entanto, os recursos disponibilizados para as obras para o exercício de 2008, foram devolvidos ao MEC para reprogramação para o exercício de 2009.

Com isso, em 2009, foram licitados com recursos provenientes do REUNI, obras orçadas em R\$18.832.974,62 no total, incluindo a do exercício anterior, beneficiando os Centros de Ciências Exatas da Natureza (CCEN), Educação (CE), Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Tecnologia (CT), Ciências Médicas (CCM), Ciências da Saúde (CCS), Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Ciências Agrárias (CCA), Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) e de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR).

Foram realizadas também, ainda em 2009, melhorias das condições de funcionamento dos laboratórios e das bibliotecas, com aquisição de acervo (R\$ 720.874,76) e de equipamentos (em um total de R\$ 2.893.951,05).

Quadro 6 — Infraestrutura do Programa REUNI UFPB – Obras e Valores Orçados em 2009

Campus/ Centro	Identificação da obra	Valor Orçado (R\$)
Campus I – CCEN	Construção Dep. de Geociências	338.149,13
	Construção do Bloco do DBM	437.945,24
	Construção do LEA	229.823,35
	Sala de Aula, CA Química, Almoxarifado e área dos terceirizados	129.757,88
	DSE - Sala de aula e Laboratório	124.898,31
	DSE - Sala de professor e laboratórios	123.406,82
Campus I – CE	Bloco C	324.474,78
	02 Salas de Aula do Bloco A - CCHLA	91.868,53
Campus I – CCSA	Bloco B	1.281.602,30
Campus I – CT	Bloco J	706.053,69
	Bloco K, L, M	1.248.622,74
Campus I – CCM	Bloco novo CCM	3.404.306,11
Campus I – CCS	Bloco de Fono e TO	2.255.301,75
	Auditório do CCS	311.626,84
Campus I – CCHLA	Bloco A - salas de aula	772.133,14
	Bloco B – Amb. dos professores	582.640,82
	Bloco C - salas de aula e Laboratórios	1.178.990,28
	Bloco D - Biblioteca Setorial	494.783,25
	Bloco Mídias Digitais	853.116,92
	Bloco Escola de Música	716.924,61
	Reforma e Ampliação dos auditórios (A e B)	166.650,94
Campus II – CCA	Salas de Aula do CCA	534.500,29
	Const. do lab. de biologia vegetal de Zoologia	644.093,52
Campus III - CCHSA	Laboratório de Suíno Cultura	296.287,44
	Construção do Lab. de Solos	157.656,22
	Lab. Anal. Fis-Qui de Alimentos	201.128,21

Campus I - CTDR	Bloco de Laboratórios	614.619,99
	Bloco B - Salas de Aula	611.611,52

Fonte: Relatório de Gestão UFPB (2009)

Em 2010, com ações orientadas para recuperação, expansão e modernização das condições técnico-materiais das atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi lançado o Programa de Modernização das Salas de Aula e dos Laboratórios de Ensino de Graduação, iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), articulada à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) e à Pró-Reitoria de Administração (PRA), que combinou recursos alocados para a Reitoria e os Centros para alcançar dois objetivos principais: equipar e modernizar os laboratórios de ensino e ampliar o número de salas de aula equipadas com dispositivos das Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como a climatização desses ambientes, finalizado sua execução em 2011. Outra ação em 2010, foi o processo de aquisição de acervo para o sistema de bibliotecas voltado para a modernização e a atualização das coleções, atendendo a demanda dos cursos.

Além disso, conforme Relatório de Obras da UFPB (2010-2013), referente ao Reuni, encontrava-se em andamento, em 2010, a obra do Centro de Arte e Cultura, contratada pelo valor de R\$10.531.983,68, que ainda não foi entregue, mesmo com desembolso equivalente a 87% do valor contratado.

Continuando sua expansão, a UFPB implantou o Campus IV - Litoral Norte, localizado nos municípios de Mamanguape e Rio Tinto. O processo de expansão do ensino superior com a implantação deste campus, em 2010, teve como meta a criação de doze cursos de graduação, dos quais dez estão em funcionamento: Ecologia, Ciência da Computação, Design, Matemática, Sistemas de Informação, Antropologia e Culturas Indígenas, Ciências Contábeis, Hotelaria, Pedagogia e Secretariado Executivo Bilíngue.

No Relatório de Obras do Reuni apresentado pela UFPB, referente ao período de 2010 a 2013, constatou-se a paralização de muitas obras com a necessidade de realização de novos procedimentos licitatórios. Em 2010, por exemplo, 87% do valor contratado para a construção do Centro de Arte e Cultura já havia sido desembolsado, equivalente a R\$9.148.547,10, e que até o momento ainda não foi entregue. Em 2011, o total de 07 obras foram paralisadas:

- Serviços de Urbanização do Centro de Tecnologia trecho 04, 05 e 06 Campus I;
- Serviços de Reforma do DECEN – CCHLA – Campus I;
- Serviço de Construção do Portal de Entrada do CCM/CCS – Campus I;
- Serviço de Urbanização da Chã – 1ª Etapa – Campus III;
- Serviço de Construção do Auditório e Núcleo Multimídia do IDEP – Campus V;
- Serviço de Construção do Laboratório de Produtos Fitoterápicos – Campus I;
- Serviço de Construção do Laboratório de Estudos e Pesquisas – IDEP – Campus V

Em 2012, existiam 37 contratos em execução, porém diversas dessas obras ainda necessitavam de projetos executivos, bem como aditivos de valores e prazo. Para melhor análise, elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 07 — Relação de fases das obras

Fase da Obra/Ano	2010	2011	2012	2013
Concluídas	112	98	59	04
Em execução	01	11	37	09
Paralisadas	-	07	12	-
Rescindidas	25	25	01	-
Canceladas	02	09	01	-
A iniciar	-	-	04	05

Fonte: Relatório REUNI de Extrato de Obras 2010-2013

Importante ressaltar que as obras e serviços de engenharia são classificadas de acordo com três critérios definidos pelo sistema do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC que são o Tipo, a Tipologia e o Programa que pertence a obra ou serviço de engenharia. O Tipo de obra ou serviço de engenharia possui cinco grupos de classificação: ampliação, ampliação e reforma, construção, instalações e reformas. Quanto à tipologia, a obra é classificada como: Apoio à comunidade e serviços, Auditório, Biblioteca, Infraestrutura, Instalações Prediais Complementares, Laboratório, Moradia Estudantil, Multifuncional, Prática Esportiva, Restaurante Universitário e Sala de

aula. Quanto ao programa, no caso deste trabalho, as obras estão enquadradas no REUNI.

A partir de 2013, os recursos para obras, serviços de engenharia e equipamentos, foram implantados através do Programa Universidade Participativa, ainda sobre a Coordenação do REUNI, que tem como principal fonte de recursos os advindos dos grupos de programas Reestruturação das IFES, Programa Específico das IFES, Consolidação e Expansão das IFES.

Apesar dos avanços no número de matrículas, criação de novos cursos, aumento do número de docentes, atingindo as metas propostas pelo REUNI, esse crescimento não foi acompanhado proporcionalmente quanto ao quesito infraestrutura. Como se pode observar no Relatório de Obras da UFPB, muitas foram concluídas no decorrer do período de 2010 a 2013, mas por outro lado, tantas outras foram rescindidas, paralisadas e/ou canceladas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise de todo o contexto da implantação do REUNI na UFPB, foi constatado que este foi um importantíssimo programa empreendido pelo governo federal, com algumas diretrizes relevantes bem definidas, como a expansão do número de vagas, a melhoria da relação professor/aluno e os vínculos mais fortes com a realidade local, embora nem sempre bem observadas pelas universidades participantes.

A UFPB demonstrou expressivo empenho para aderir ao Reuni, tendo mobilizado suas áreas internas, constituído uma unidade de planejamento e gestão, como a criação de uma coordenação específica para a implantação do programa, e elaborado um programa razoavelmente bem estruturado e planejado de metas e investimentos necessários.

Os números levantados e sistematizados no estudo revelam que, de um modo geral, a UFPB cumpriu e superou as metas estabelecidas de número de estudantes matriculados, número de professores contratados, também indo além da média de professor por alunos previamente estabelecida. Por outro lado, a meta global estipulada pelo Reuni de elevar gradualmente taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, além de apresentar uma pequena

queda, manteve-se constante ao longo do período analisado. Alguns fatores, como democratizar mais o acesso ao ensino superior, expandido vagas, podem ter contribuído para esse resultado, levando em consideração que o programa pedia prioridade para os cursos noturnos, onde as taxas de evasão são maiores. Além disso, o ingresso de estudantes oriundos das escolas públicas e de famílias de baixa renda, em decorrência das dificuldades desses estudantes manterem-se na universidade enquanto são forçados a trabalhar ou a impor custos extras às famílias de baixa renda também é um fator que impediu o alcance desta meta. Adicione-se a isso uma boa dose de irrealismo na fixação desta meta bem acima das condições reais para a conclusão de cursos pelos alunos, nos diferentes cursos de graduação. Esses elementos indicam que esta meta careceu de estudos mais adequados sobre as taxas de sucesso dos diferentes cursos ao longo da história, as taxas de sucesso em cursos recém implantados (e com as dificuldades típicas de cursos em implantação), as variações entre as taxas de conclusão em cursos noturnos e diurnos, ou as variáveis em termos de evasão de estudantes de baixa renda, dentre outros que deixaram, ao que parece, de serem considerados na definição da meta em questão.

Os números referentes à infraestrutura disponibilizados pela UFPB em seus documentos oficiais ou na sua página, não são suficientes para uma análise conclusiva da efetividade real das entregas e não conclusões das obras planejadas. No entanto, ganhos em equipamentos, laboratórios e acervos foram expressivos, embora ainda insuficientes. Ressalte-se, ainda, que a UFPB devolveu recursos para a infraestrutura no primeiro ano de implementação do REUNI, revelando que não estava devidamente preparada para enfrentar os desafios de definir os projetos básicos e detalhados das obras de infraestrutura necessárias. Certamente, a agenda de desenvolver os diferentes projetos e seus detalhamentos, a avaliação desses projetos, assim como o monitoramento da execução das obras e da sua qualidade é uma pauta que a UFPB pode e deve se aperfeiçoar.

Ainda que nem todos os resultados sejam positivos, o balanço ainda provisório apresentado neste trabalho revela a importância e o acerto do Reuni, assim como a capacidade relativa que a UFPB demonstrou em sua mobilização interna, nos diversos centros, departamentos e demais unidades administrativas e

de gestão, seja para conceber os projetos de expansão, seja para garantir a sua implementação.

O Reuni marca um período de glória da expansão do ensino superior gratuito e de qualidade em nosso país, e seu abandono após o golpe de estado que vitimou nossa democracia em 2016 revela uma das facetas mais perversas deste movimento antidemocrático e antipopular.

Ainda que restem ainda muitas obras e projetos de expansão inconclusos, o saldo do Reuni na UFPB parece ser extremamente positivo, tendo contribuído decisivamente para reposicionar nossa universidade entre as mais relevantes do NE e mais responsivas aos anseios da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mariana R.; REBELATTO, Dayse A. N. O inventário dos modelos de avaliação para políticas públicas. In: **Congresso Internacional de dinâmica de negócios**. Brasília, DF: I Congresso Internacional de dinâmica de negócios, 2006.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; PINHEIRO, Helano Diógenes. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: avaliação de políticas públicas**. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a02.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BARREYRO, Gladys B. Evaluación de la educación superior brasileña: el SINAES. **Revista de la educación superior**, n. 35. jan./mar., 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.494/96. Brasília: 1996.

_____. **Decreto n. 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta para o Sistema Federal de Ensino e dá outras providências. Brasília, DF, 1997.

_____. **Diário oficial da União**. Edição Número 152 de 09/08/2005 Portaria Nº 2.729, de 8 de agosto de 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/FIES/portaria2729.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília: 2001.

_____. Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

_____. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

_____. MEC. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012: relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior à distância: novos marcos regulatórios?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 104, Out. 2008.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. (2009). **A Expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para o debate**. Anped GT11: Políticas de Educação Superior. Disponível em <http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5848-int.pdf>>. Acessado em: 08/03/2018.

GONÇALVES, A. Baixo investimento afeta meta de matrículas do Reuni. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/baixo-investimento-afeta-meta-de-matriculas-do-reuni-7u1kxxhnfzg9pa01ikuah5l5a>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Avercamp, 2014.

HENRIQUES, Paulo T. C. **Changing of paradigm**: developing a contemporary strategy for technological education in Brazil. Oklahoma, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Oklahoma State University, Oklahoma, 1999.

HERMIDA, Jorge F. O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 239-258. Editora UFPR: 2006.

IPEA. Diretoria de Estudos Sociais. Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília/DF: IPEA, n. 13, ago, 2006.

PALMA FILHO, João Cardoso. (Org.). Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. **História da Educação**. 3. ed. São Paulo: Santa Clara Editora, 2005.

PARAÍBA. Lei nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/aai/contents/documentos/lei-estadual-de-criacao-da-ufpb-1955.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017.

PRETI, O. (Org.). **Educação à distância**: sobre discursos e práticas. Brasília: Liber Livro, 2005.

ROMANELLI. Otaíza O. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SANTOS, Fabiano. C. **UAB como política pública de democratização do ensino superior via EaD**. 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompleto01.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SEVERINO, Antônio J. **O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008. Editora UFPR.

TAKAHASHI, Adriana R. W.; AMORIM, Wilson A. C. **Reformulação e expansão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil: as dificuldades da retomada da educação profissional**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 207-228, abr./jun. 2008.

UFPB. **Projeto UFPB – REUNI**. Gabinete da Reitoria. João Pessoa, out. 2007. Disponível em: < <http://www.ctdr.ufpb.br/ctdr/contents/documentos/pdf/projeto-reuni.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Relatório de Gestão Exercício 2008**. João Pessoa, 27 mar. 2009. Disponível em: < <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2008>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Relatório de Gestão 2009**. João Pessoa, 30 mar. 2010. Disponível em: < <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2009>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Relatório de Gestão 2010**. João Pessoa, mar. 2011. Disponível em: < <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2010>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Relatório de Gestão 2011**. João Pessoa, mar. 2012. Disponível em: < <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2011>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Relatório de Gestão 2012**. João Pessoa, mar. 2013. Disponível em: < <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2012>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Relatório de Gestão 2013**. João Pessoa, mar. 2014. Disponível em: < <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2013>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2012**. João Pessoa, ago. 2010. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cpa/contents/arquivos/pdi-ufpb-2009-2012.pdf>.> Acesso em: 10 fev. 2018.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa / Liane Carly Hermes Zanella**. – 2. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB_2011_1/Modulo_1/Metodologia_de_Pesquisa/material_didatico/Livro-texto.PDF>. Acesso em: 20 mar. 2018.